



Anais da Assembléia

A V U L S O

Curitiba, em 15 de outubro de 1985

ANO XI

MENSAGEM N. 191/85

Curitiba, 11 de outubro de 1985.

Senhor Presidente.

Em conformidade com o preceito contido no art. 24, inciso II, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa a inclusa proposta de Emenda Constitucional que objetiva acrescentar parágrafos aos arts. 70 e 157 e alterar a redação do parágrafo único do art. 104, todos da Carta Estadual.

1 — O acréscimo do § 3.º ao art. 70, justifica-se em razão de tratamento específico dado a matéria pelo art. 65, inciso VIII, combinado com o art. 145, ambos da Lei Complementar Federal n. 35, de 14 de março de 1979, (Lei Orgânica da Magistratura Nacional) e do art. 37, inciso VIII, da Lei Complementar Federal n. 40, de 14 de dezembro de 1981, (Lei de Organização do Ministério Público).

2 — Quanto ao § 2.º, que se propõe seja acrescido ao art. 157, visa tornar mais clara a interpretação da expressão "tempo de serviço" dos dispositivos antes referidos, das Leis Complementares Federais ns. 35/79 e 40/81, no tocante à incidência dos adicionais neles inseridos, como tempo de serviço público efetivamente prestado às carreiras da Magistratura e do Ministério Público, dele excluindo-se aquela do exercício da advocacia, exceto em relação aos nomeados para as vagas reservadas aos advogados nos Tribunais, e, também, com exclusão de tempo prestado a outras entidades de direito público federais e municipais, inclusive, aquelas alheias à Magistratura e Ministério Público, todas incluídas na expressão "nem o de qualquer natureza prestado fora dessas carreiras".

3 — O atual preceito constitucional do parágrafo único do art. 104 versa sobre o detalhamento de alguns requisitos para ingresso em cargos de Magistratura. A sua alteração, na forma proposta, vem ao encontro de reivindicação do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado. É ela oportuna e necessária, pois tais requisitos, pela sua relação ao limite de idade, merecem por mais adequado, tratamento através da Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado e não via normas constitucionais. Pelo fato da União também legislar sobre a matéria (art. 112, parágrafo único e 144, da Carta Magna Federal e Lei Complementar n. 35, de 14/03/79), não raras são as modificações que a esse respeito se impõem às normas da legislação estadual.

Assim, a pretendida nova redação ao já mencionado parágrafo único do art. 104, da Constituição do Estado virá, em harmonia com o art. 78, § 1.º, da Lei Complementar n. 35/79, ensejar condições a fim de que a Lei da Organização e Divisão Judiciárias do Estado, venha adotar opcionalmente, como condição para ingresso na Magistratura, os dois anos de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil ou a conclusão do Curso de Preparação, na Escola da Magistratura do Paraná, e que, igualmente, defina outras condições que na moderna metodologia, possam bem aferir níveis de capacidade.

Certo de que a proposição submetida à alta apreciação desse Egrégio Legislativo merecerá acolhimento e conseqüente promulgação, reitero a Vossa Excelência protestos de elevado apreço e distinta consideração

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor

Deputado NILSO ROMEU SGUAREZI

DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO PROPOSIÇÃO N. 157/85

Art. 1.º — O art. 70 da Constituição do Estado do Paraná fica acrescido do § 3.º, com a seguinte redação:

"§ 3.º — O disposto neste artigo não se aplica aos integrantes da Magistratura e do Ministério Público, ressalvados os adicionais a eles atribuídos em legislação própria".

Art. 2.º — O parágrafo único do art. 104, da Constituição do Estado, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo único. Para ingresso na magistratura poderão concorrer apenas candidatos de idade inferior a quarenta e cinco anos e que preencham as demais condições previstas em lei".

Art. 3.º — O atual parágrafo único do art. 157 da Constituição Estadual passa a se constituir § 1.º, ficando acrescido ao referido dispositivo o § 2.º, com a seguinte redação:

"§ 2.º — Na concessão de adicionais por quinquênio de serviço aos integrantes da Magistratura e do Ministério Público, não será levado em conta o tempo de exercício da advocacia, exceto aos nomeados para lugares reservados a advogados nos Tribunais, nem o de qualquer natureza

prestado fora dessas carreiras".

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência os meus protestos de alta estima e maior consideração.

Ofício n. 4326/85/DA/CEA/SC

Curitiba, 14 de outubro de 1985.

(a) NILSO SGUAREZI

Presidente

Senhor Governador;

Tenho a honra de acusar o recebimento da Mensagem de Vossa Excelência, sob o número 191/85, datada de 11 do mês em curso, cujo plano de lei foi devidamente encaminhado nesta Casa.

Excelentíssimo Senhor

JOSÉ RICHÁ

Digníssimo Governador do Estado

N/CAPITAL